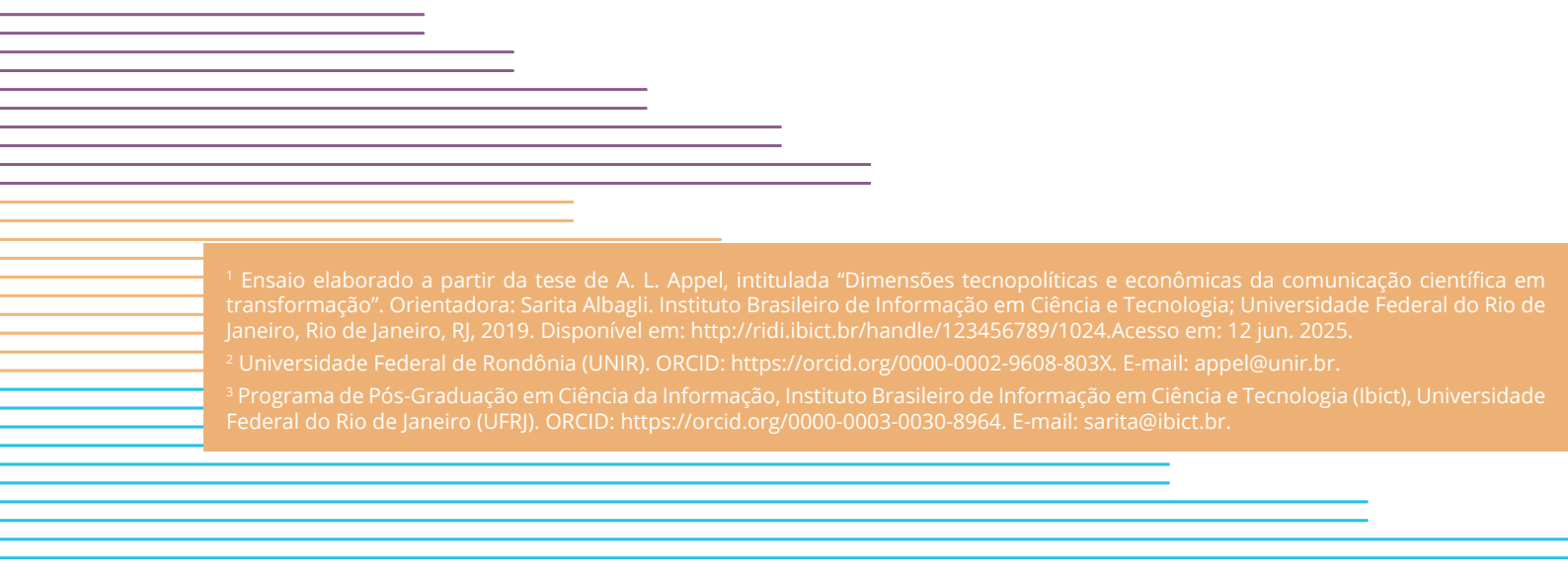




## CAPÍTULO 3

# ACESSO ABERTO: UM ENSAIO SOBRE SUAS DINÂMICAS E DERIVAÇÕES<sup>1</sup>

*André L. Appel<sup>2</sup>*  
*Sarita Albagli<sup>3</sup>*



<sup>1</sup> Ensaio elaborado a partir da tese de A. L. Appel, intitulada “Dimensões tecnopolíticas e econômicas da comunicação científica em transformação”. Orientadora: Sarita Albagli. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1024>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Rondônia (UNIR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9608-803X>. E-mail: [appel@unir.br](mailto:appel@unir.br).

<sup>3</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0030-8964>. E-mail: [sarita@ibict.br](mailto:sarita@ibict.br).

## 3.1 INTRODUÇÃO

Passados cerca de trinta anos desde a configuração de iniciativas e movimentações pioneiras contrárias às restrições à circulação e ao compartilhamento da informação científica, nos colocamos ainda diante de um cenário controverso e difuso em relação aos interesses e estratégias mais recentes sobre essa questão.

Uma representação terminológica — “acesso aberto” — se consolidou, demarcando um campo que abrange ativas frentes de lutas e pesquisas sobre o tema, conectando-o, ao final, aos vários movimentos pela ciência aberta. Ao mesmo tempo, demonstrou-se sua alta carga polissemica, expressando também as controvérsias e disputas por apropriação do termo. Tal cenário remete aos movimentos que os teóricos da terceira onda dos estudos sociais da ciência, mais notoriamente Latour (2000), chamam de tradução ou translação, em que variados interesses são mobilizados na construção dos fatos; interesses que, na concepção do acesso aberto, têm se valido vigorosamente de sua polissemia para o alinhamento de ações, regulações e desenvolvimentos tecnológicos.

Em um esforço de dar legibilidade a essa polissemia, Suber (2012) apresentou uma espécie de tratado sobre o termo acesso aberto, com exemplos ilustrativos e referências recorrentes às suas variadas significações, além de um breve glossário. Durante muitos anos, Suber atuou também na sistematização de uma linha do tempo do que chamou inicialmente de movimento pela livre circulação do conhecimento em linha<sup>1</sup>, a qual anos mais tarde passou a ser atualizada coletivamente em formato Wiki<sup>2</sup>. Destacam-se ainda os trabalhos de Pomerantz e Peek (2016) para registrar pelo menos trinta usos do termo *open* (aberto) como qualificador de práticas e objetos no contexto dos esforços para ampliar a circulação de tecnologias e saberes, dentre as quais, na expressão acesso aberto.

Partindo de trabalho anterior (Appel, 2019), em que foram exploradas variantes semânticas do termo acesso aberto e sua transformação, sob uma perspectiva histórico-materialista da comunicação científica, este ensaio situa o acesso aberto a partir de três eixos — enquanto movimento, tecnologia e modelo de negócio —, evidenciando suas dimensões e conflitos tecnopolíticos.

<sup>1</sup> Time of the Open Access Movement. Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/timeline.htm>. Acesso em: 12 jun. 2025

<sup>2</sup> Wiki Time Line. Disponível em: <https://oad.simmons.edu/oadwiki/Timeline>. Acesso em: 12 jun. 2025.

## 3.2 MOVIMENTO

Pode-se afirmar que o acesso aberto, enquanto movimento, norteia-se pelo entendimento da informação e do conhecimento como parte dos bens comuns (Hess; Ostrom, 2007; Kuhlen, 2012; Meretz, 2012). Situa-se no contexto das mobilizações voltadas para a promoção, criação e distribuição de software de código aberto ou livre (*open-source software*, *open-source code* etc.) e para a promoção de licenças *copyleft*, descritas no chamado GNU Manifesto elaborado por Stallman (1985).

Willinsky (2005) aponta que o movimento acesso aberto se apresentou, de início, como estratégia alternativa ou complementar às formas de publicação científica orientadas para a mercantilização e obtenção de elevadas taxas de lucros sobre os resultados da pesquisa científica. Destaca que, tanto para o código aberto como para o trabalho acadêmico em acesso aberto, o direito de propriedade perde a centralidade na defesa de interesses comerciais e de garantia de lucros, para tornar-se, quase inteiramente, uma questão de respeito à autoria do trabalho original.

Na contramão dessa expectativa de abertura, nas últimas décadas do século XX, vivenciou-se uma elevação desenfreada dos preços das assinaturas de periódicos, processo que ficou conhecido como crise dos periódicos científicos (*serials crisis*). Frente a esse cenário, bibliotecários passaram a documentar seus efeitos e desdobramentos em relatório da Association of Research Libraries (1989), associação que congrega bibliotecas universitárias e de pesquisa dos Estados Unidos e do Canadá, e em uma série de informativos e lista de discussão<sup>3</sup>, editados por Marcia Tuttle entre 1989 e 2001, sob o título *The Newsletter on Serial Pricing Issues* (Tuttle, 1991, 2002).

Ao mesmo tempo, os meios eletrônicos e a *Web* propiciaram a ampliação do acesso à informação, com a agilidade e a visibilidade no compartilhamento de resultados de pesquisa e da informação científica em geral, em contraste com o alto custo e o excesso de tempo requeridos para produção e distribuição de periódicos científicos impressos pela via comercial (Odlyzko, 1995; Sena, 2000).

Nessa seara, enquadra-se a proposta do início dos anos 1990 de Stevan Harnad (1990), que advogou pela circulação dos *e-prints*<sup>4</sup>, que ele chamou de publicações

<sup>3</sup> TUTTLE, Marcia (ed.). **Newsletter on Serial Pricing Issues**. ISSN 1046-3410. Última atualização: January 2, 2002. Disponível em: <http://webdoc.sub.gwdg.de/edoc/aw/nspi/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>4</sup> O termo *e-prints* designa a publicação ou circulação de pré-prints (manuscritos ainda sem avaliação por pares) em meio eletrônico.

acadêmicas esotéricas (Harnad, 1995) para se referir às suas características não comerciais, viabilizando maior distribuição, sem qualquer cobrança de royalties ou custos por acesso, com o resguardo do uso justo da obra (Sena, 2000). No início da mesma década, no Laboratório de Los Alamos, nos Estados Unidos, Paul Ginsparg criou um servidor de arquivos de pré-prints voltado para as áreas de Física e Ciência da Computação, que mais tarde ficou conhecido pela denominação *arXiv.org*<sup>5</sup>. Tais movimentos se destacaram em função de suas capacidades de mobilização e sensibilização das comunidades acadêmicas para as urgentes necessidades de maior controle sobre as formas de difusão de seus resultados de pesquisa, no caso, tirando proveito do formato *preprint* já então bastante difundido entre os colégios invisíveis, potencializado com a circulação na *Web*.

No ano de 1998, deu-se início a um fórum em linha, o *American Scientist Open Access Forum* (AmSci), que ficou conhecido como o primeiro fórum mais amplo para discussões relacionadas a tecnologias para permitir maior circulação da informação científica. Algumas das discussões desse Fórum ainda podem ser visualizadas por meio da versão *Web Archive*<sup>6</sup> e, desde 2012, passaram para a lista *Global Open Access List* (GOAL)<sup>7</sup>, hospedada pela Universidade Southampton, do Reino Unido.

No ano de 2002, a publicação da Declaração de Budapeste (*Budapest Open Access Initiative* — BOAI) ficou mundialmente conhecida como o marco do movimento de Acesso Aberto às publicações científicas. Nessa declaração, estabeleceu-se uma definição do que viria a ser caracterizado como acesso aberto à literatura científica. A declaração foi fruto de encontro realizado no dia 14 de fevereiro de 2002, na cidade de Budapeste, na Hungria, que foi organizado e promovido por Darius Cuplinskis e Melissa Hagemann, com apoio e incentivo da Fundação Open Society Institute (OSI). De acordo Hagemann (2005), que à época atuava na fundação como responsável pelo programa *Science Journals Donation Program* (SJDP) e pelo *Information Program*, a OSI procurava apoiar, por meio desses programas e de outros, bibliotecas e publicações em países em desenvolvimento e em transição, com doações de periódicos e outros recursos.

A Fundação estava muito interessada no desenvolvimento do arXiv e no impacto gerado por petição publicada pelo periódico *Public Library of Science* (PLOS) em 2001<sup>8</sup>, pois via que essas iniciativas espelhavam os seus objetivos, além de proporcionar uma comunicação mais eficiente da pesquisa acadêmica. Daí o interesse em reunir um grupo de líderes que estavam explorando formas alternativas

<sup>5</sup> Disponível em: <https://arxiv.org/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110717232910/http://listserver.sigmaxi.org/sc/wa.exe?A0=september98-forum&F=l>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://mailman.ecs.soton.ac.uk/mailman/listinfo/goal>.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.plos.org/open-letter>. Acesso em: 12 jun. 2025.

de comunicação acadêmica, culminando no encontro de Budapeste (Hagemann, 2005). Outras motivações de cunho político-ideológico por parte do presidente da Fundação, George Soros, têm sido também apontadas, particularmente sua preocupação em criar um ambiente liberal favorável a intelectuais de países recém-saídos do regime socialista, como o caso de sua própria terra natal, a Hungria (The Ironies..., 2018).

Outros encontros e declarações sucederam a BOAI, mais notoriamente a declaração de Bethesda, em junho de 2003<sup>9</sup>, com mais signatários das áreas médicas e da saúde, e a declaração de Berlim, em outubro 2003<sup>10</sup>, com atenção às ciências sociais e às humanidades.

A partir dessas diversas iniciativas, duas principais práticas de publicação então se tornaram populares: a criação de repositórios institucionais e temáticos em que os próprios autores passaram a disponibilizar as versões *preprint* e *pós-print*<sup>11</sup> de seus artigos; e a criação de periódicos com artigos gratuitamente acessíveis em linha para os leitores e que não impunham restrições quanto ao arquivamento de *preprints* ou *pós-prints* pelos autores em repositórios institucionais. A primeira ficou conhecida como via verde (*green open access*) e a segunda como via dourada (*gold open access*) (Harnad *et al.*, 2004a, 2004b). Esses dois termos foram amplamente disseminados e utilizados na literatura que trata do acesso aberto. Posteriormente, denominações complementares foram propostas em consonância com novas práticas de licenciamento de conteúdo ou novos modelos de negócio de acesso aberto, tais como acesso aberto bronze, diamante, híbrido, entre outros (Piwowar *et al.*, 2018).

### 3.3 TECNOLOGIA

No plano das tecnologias relevantes ao acesso aberto, temos como destaque aquelas que se voltam para a implementação da interoperabilidade de metadados e objetos publicados em acesso aberto, assim como para a implementação de sistemas de publicação e gestão de registros e objetos em acesso aberto.

<sup>9</sup> Bethesda Statement on Open Access Publishing. Released: June 20, 2003. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120311105112/http://www.earlham.edu/%7Epeters/fos/bethesda.htm>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>10</sup> Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>11</sup> Versões finais de manuscritos já revisadas por pares e que seguem para diagramação e publicação por periódico.

No contexto da interoperabilidade, destaca-se o estabelecimento da Iniciativa de Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative* – OAI), por ocasião da Convenção de Santa Fé (*Santa Fe Convention for the OAI*), ocorrida em outubro de 1999 na cidade Santa Fé, na Califórnia, Estados Unidos da América. Propunha-se ali um conjunto de mudanças, de ordem técnica e organizacional, nos processos de comunicação científica, de modo a viabilizar uma infraestrutura de publicação aberta por meio da qual tanto camadas gratuitas quanto comerciais poderiam ser estabelecidas (Van de Sompel; Lagoze, 2000).

Dentre suas principais ações, encontra-se o esforço para o estabelecimento de padrões que possibilitassem a interoperabilidade de dados entre repositórios já existentes ou em constituição, tais como arXiv.org, CogPints, NCSTRL entre outros. No documento original, que definiu as diretrizes da Iniciativa, foram fixados os elementos mínimos para o estabelecimento de padrões, que incluíam: a) definição de um conjunto simples de elementos de metadados; b) concordância na utilização de uma sintaxe de dados comum, em formato padrão; e c) definição de um protocolo comum (Van de Sompel; Lagoze, 2000).

Culminou, então, no desenvolvimento do protocolo para o intercâmbio de objetos ou arquivos digitais de natureza científica (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* – OAI-PMH), juntamente com a uniformização de metadados (via adoção de um conjunto de padrões denominado *Dublin Core Metadata Element Set*) pela OAI, beneficiando a interoperabilidade de registros bibliográficos científicos e viabilizando a posterior implementação e integração de inúmeros repositórios institucionais (Weitzel, 2006).

No plano da publicação e gestão de registros em acesso aberto, destacam-se o Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Redalyc), o *Open Journal Systems* (OJS) desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP), o *arXiv*, o HAL, o *DSpace*, *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), o *Directory of Open Access Books* (DOAB), o *Directory of Open Access Repositories* (OpenDOAR), o *Directory of Open Access Preprint Repositories* (DOAPR), a Confederation of Open Access Repositories (COAR).

Essas ferramentas que se valem do OAI-PMH e demais protocolos abertos funcionam como plataformas ao mesmo tempo para publicização, gestão e preservação de registros, tanto de artigos de periódicos como de demais objetos de produção científica institucional, como livros e trabalhos diversos de conclusão de curso. Essa lista de ferramentas está longe de ser exaustiva, porém é bastante representativa frente às inúmeras implementações ou bifurcações (*forks*) que delas derivam.

No contexto brasileiro, destaca-se a adoção massiva dessas tecnologias, comprovada pela prevalência de registros no DOAJ, OpenDOAR etc., seja pela significativa aderência do país ao acesso aberto, seja em razão da difusão a cargo do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que se empenha constantemente há cerca de vinte anos na tradução, adaptação e transferência dessas tecnologias para instituições de ensino e pesquisa.

### 3.4 MODELO DE NEGÓCIO

Na transição do modelo de publicação de periódicos baseado em assinaturas para o acesso aberto, despontaram diferentes modelos de negócio voltados seja para a busca de financiamento sustentável a longo prazo, seja para estratégias de crescimento de receitas e margens de lucro.

Alguns modelos de negócio, por um lado, são orientados pelas condições ou formas de financiamento disponíveis, em função da natureza jurídica da instituição responsável pela publicação. Esse é o caso de periódicos mantidos por instituições públicas de ensino e/ou pesquisa, que contam com verbas restritas ou limitadas para a manutenção de sua operação. Por outro lado, há modelos de negócio orientados às condições de mercado, especialmente no caso das grandes editoras comerciais que desfrutam de flexibilidade e operam segundo a lógica de ampliar seu lucro.

No plano dos periódicos mantidos com financiamento institucional ou coletivo, ou sem cobrança de quaisquer taxas a autores e leitores (diamante), podemos destacar como exemplos pioneiros a *Bioline International* (1993)<sup>12</sup> e o SciELO (1998)<sup>13</sup>. No plano mercadológico com fins lucrativos, entre os anos de 1999 e 2002, surgiram duas iniciativas — *BioMed Central*<sup>14</sup> e a PLoS<sup>15</sup> —, vistas como pioneiras na publicação de artigos científicos na modalidade conhecida originalmente como *author-pay*, ou seja, operando por meio da cobrança de taxas aos autores para publicação em acesso aberto, ao invés da cobrança de assinaturas aos leitores. Outra denominação posteriormente cunhada para essa modalidade é *Article Processing Charges* (APC), ou taxas de processamento de artigos. Prometiam um processo de publicação mais rápido, sem atrasos sujeitos à distribuição de periódicos na modalidade impressa.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.bioline.org.br/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://scielo.org/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.biomedcentral.com/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.plos.org/>.



Assim, percebe-se que o acesso aberto não surge ou é inaugurado com a modalidade de cobrança dos autores, em detrimento do modelo por assinatura. Pelo contrário, editoras de interesse comercial, notoriamente, se valeram de tecnologias e ou modalidades do acesso aberto para formatarem modelos de negócio que, ou viessem garantir o fluxo financeiro de sustentação frente ao declínio das assinaturas, ou garantissem a manutenção de um cenário rentável no contexto da publicação científica (Appel, 2019; Appel; Albagli, 2019; Poynder, 2002).

Com o avanço e a prevalência da vertente comercial em algumas regiões do planeta, o acesso aberto da via dourada vem sendo crescentemente atrelado à cobrança de taxas de publicação (APC) aos autores. Isso levou também à formulação de denominações como "*full open access*", acesso aberto diamante ou platina, para designar periódicos que não cobram taxas ou não visam qualquer tipo de lucro.

Ao mesmo tempo, diversas editoras comerciais vêm explorando também o modelo denominado acesso aberto híbrido. Trata-se de periódicos que mantêm a cobrança de assinaturas (acesso restrito), mas disponibilizam determinados artigos em acesso aberto, condicionado ao pagamento de uma APC seja pelos próprios autores, seja pelas agências financiadoras de suas pesquisas. Configura-se assim a chamada "dupla taxação" (*double dipping*), com a cobrança simultânea de leitores e autores.

Outras modalidades já experimentadas no contexto dos periódicos, mas que têm contado com baixa adesão, envolvem a disponibilização de artigos em acesso aberto logo que passado um determinado período após a publicação (acesso aberto com embargo), ou sem definição precisa da(s) licença(s) de compartilhamento ou redistribuição dos artigos, além das condições de leitura (acesso aberto bronze). Nesses casos, existem recomendações para que os periódicos de acesso aberto explicitem suas políticas quanto a licenças utilizadas, quanto à retenção ou não de direitos de autor, entre outras, em diretórios dedicados, tais como o SHERPA RoMEO<sup>16</sup> (Reino Unido), Miguilim<sup>17</sup> (Brasil) entre outros.

Há autores que se referem ainda à modalidade *black open access* (Piwowar *et al.*, 2018), em referência a artigos obtidos e/ou compartilhados "ilegalmente"<sup>18</sup> por meio da pirataria ou em sites como *Sci-Hub* e *LibGen* (Piwowar *et al.*, 2018). O *Sci-Hub* é um site criado por Alexandra Elbakyan, que permite a qualquer pessoa, com pouco esforço, baixar documentos científicos gratuitamente, ainda que te-

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php>.

<sup>17</sup> Miguilim: Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras. Disponível em: <https://miguilim.ibict.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>18</sup> Legalidade ou ilegalidade, nesse contexto, pode variar de acordo com leis e jurisprudências de cada país e destas frente a acordos internacionais sobre direitos autorais.



nham sido publicados originalmente em acesso condicionado ao pagamento de assinatura (Buranyi, 2017). Para serem disponibilizados, os artigos são coletados em massa por meio da utilização de credenciais de terceiros, cedidas ao *Sci-Hub* (Elbakyan, 2017).

Ainda que o *Sci-Hub* venha sendo aclamado por alguns e massivamente utilizada ao redor do globo para *download* de artigos — seja pela sua comodidade ou por pessoas sem acesso a esses artigos por outros meios —, ele vem sofrendo também forte pressão e ações legais por parte de editoras comerciais ou de sociedades científicas (Graber-Stiehl, 2018; Monbiot, 2011).

Em termos conceituais, pode-se questionar a classificação dessa iniciativa como de acesso aberto, em vista de não estar alinhada a preceitos originais do movimento. Por exemplo, os registros do *Sci-Hub* não apresentam interoperabilidade por questões legais óbvias, do mesmo modo que não oferecem aos autores dos artigos compartilhados meios formais para anuência a essa modalidade de compartilhamento.

Outra derivação decorrente do desenvolvimento dos modelos de negócio para o acesso aberto diz respeito à noção ou ao conceito de *mega-journals*, ou “mega-periódicos” que, como a própria denominação aponta, corresponde a periódicos de publicação em alta escala, ou que atuam na publicação de um volume significativamente maior de artigos ao ano em relação aos demais.

Spezi *et al.* (2017) apontam que este termo foi empregado pela primeira vez por volta de 2006, pelo editor do periódico *Zootaxa*<sup>19</sup>, em referência ao “tamanho” desse periódico, e fixando a noção de que um *mega-journal* deve ser de “magnitude maior do que um periódico regular em uma determinada área do conhecimento” (Zhang, 2006, p. 68 *apud* Spezi *et al.*, 2017, p. 266, tradução nossa<sup>20</sup>). Magnitude, aqui, refere-se à quantidade de artigos publicados, em um determinado período temporal.

Spezi *et al.* (2017) acrescentam que essa noção tem sido aplicada posteriormente também para se referir a periódicos similares ao *PLoS ONE*, acrescentando outras características além do volume de publicações, tais como amplo escopo temático, seleção de artigos baseados no critério de solidez científica, com o atendimento aos critérios e padrões básicos metodológicos. Isso em contraste com os estritos critérios “novidade” e “importância” para o campo, aplicados por periódicos tidos como mais “estabelecidos” e altamente seletivos.

<sup>19</sup> *Zootaxa*: Mega-journal for zoological taxonomists in the world. Disponível em: <https://www.mapress.com/j/zt/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>20</sup> Trecho original: a magnitude larger than an average journal in a particular field.

Outros critérios para identificação de *mega-journals* incluem acesso aberto com a cobrança de APC (na modalidade dourada, não-híbrida), preço de APC moderado, publicação por editora de alto prestígio com equipe editorial acadêmica, publicação de gráficos e dados reutilizáveis, presença de métricas alternativas de leitura e uso/citação, possibilidade de comentários, revisões por pares abertas ou citáveis, publicação rápida (Björk, 2015).

Como potencial forma de exploração do acesso aberto da via verde como modelo de negócio, para além ou de forma complementar à submissão a periódicos de acesso aberto, os autores podem lançar mão do autoarquivamento das versões *preprint* ou *pós-print* de seus trabalhos nos repositórios de suas instituições ou em repositórios temáticos, multidisciplinares etc.

Nesse aspecto, chamamos a atenção para a proliferação e o uso de plataformas para autopublicação na *Web*. Algumas dessas plataformas, apresentadas também como redes sociais voltadas para cientistas, tais como *ResearchGate* e *Academia.edu*, têm estimulado o autoarquivamento de versões *preprint* e *pós-print* por parte de autores, em uma prática análoga ao arquivamento em repositórios institucionais.

Sobre essa prática, alguns pontos de controvérsia podem ser apontados. Um deles diz respeito ao fato dessas plataformas realizarem uma espécie coleta automatizada (*web crawling* ou *harvesting*) ativa de publicações com potencial científico e suas citações, associando-as posteriormente a perfis provisórios (*shadow profiles*) de seus autores, e encorajando esses autores a validarem seus registros ou depositarem os textos completos das publicações, de forma invasiva e exploratória. Somam-se a isso críticas relacionadas à prática de envio recorrente de e-mails indesejados aos seus usuários, além de outras práticas de promoção consideradas invasivas ou de ameaça à privacidade (Radford *et al.*, 2018; Van Noorden, 2014).

Destaca-se também a repercussão negativa da atuação com fins lucrativos dessas plataformas, por meio de táticas pouco transparentes, apropriando-se de dados e trabalho gratuito de cientistas (Bond, 2017a, 2017b; Fitzpatrick, 2015; Mangiafico, 2016; Radford *et al.*, 2018). Isso culminou em reações em outras redes sociais não exclusivamente acadêmicas, especialmente no *Twitter* (recentemente renomeado para "X"), onde desdobramentos podem ser acompanhados por meio da *hashtag* *#DeleteAcademiaEdu*<sup>21</sup>.

*ResearchGate* foi uma das primeiras plataformas dessa natureza a promover métricas de citação e outras menções a trabalhos acadêmicos a partir dos seus

<sup>21</sup> Mais informações em <https://twitter.com/search?f=tweets&q=%23DeleteAcademiaEdu>.

registros (*RG Score*), seguida depois por *Academia.edu* e *Mendeley*. O uso dessas métricas em estudos bibliométricos e cientométricos, bem como na avaliação da ciência, têm sido criticados por não serem transparentes e apresentarem baixo potencial de reprodutibilidade (Kraker; Jordan; Lex, 2015).

Radford *et al.* (2018) destacam que leis de direitos autorais podem ser aplicadas quando autores carregam suas publicações nessas plataformas sem confirmar seus direitos de propriedade ou, muitas vezes, sem perceber que há uma exigência legal para isso, gerando, inclusive, ações judiciais por parte de editoras comerciais contra essas plataformas (Else, 2018; Van Noorden, 2017).

Frente a esse conjunto de controvérsias, ressaltamos os riscos de classificar essas plataformas como infraestruturas ou tecnologias orientadas para o acesso aberto, ou mesmo relevantes ao universo acadêmico. Se o intento dos autores é de ampliar a visibilidade dos seus trabalhos na *Web*, o arquivamento de suas versões *pré* ou *pós-print* em repositórios institucionais já cumpre essa tarefa. Há diversas tecnologias abertas e sem fins comerciais de agregação dos registros desses repositórios, baseadas na tecnologia OAI-PMH, tornando os arquivamentos recuperáveis e utilizáveis nos mais variados contextos<sup>22</sup>. Em casos de indisponibilidade de repositório institucional, pode-se lançar mão de inúmeros repositórios temáticos, generalistas ou multidisciplinares já existentes<sup>23</sup>.

## 3.5 PERSPECTIVAS EM DEBATE

Para além dos enquadramentos previamente elencados, perspectivas transversais ao acesso aberto podem ainda envolver dilemas relacionados à ética e integridade na comunicação científica e às condições de financiamento e sustentabilidade de modalidades de publicação em acesso.

Isso porque o acesso aberto acaba afetando não somente as áreas que o estudam de forma mais verticalizada, mas também toda a comunidade científica, cujos impactos se manifestam nas suas práticas de comunicação científica. Além disso, se considerarmos a pesquisa e a publicação financiadas com recursos públicos, elas devem levar em conta também perspectivas mais amplas *accountability*. Ou seja, se a pesquisa recebeu investimento público, é esperado que seus resultados

<sup>22</sup> Veja, por exemplo, OasisBR (<https://oasisbr.ibict.br/vufind/>), agregador dos repositórios do Brasil, e o LA Referencia (<https://www.lareferencia.info/pt/>), que agrega repositórios de vários países da América Latina e Caribe.

<sup>23</sup> Conforme curadoria disponível em: <https://doapr.coar-repositories.org>. Acesso em: 12 jun. 2025.

sejam igualmente públicos.

Um desses dilemas reside na exploração de tecnologias e modelos de negócio da publicação em acesso aberto, de formas pouco éticas e íntegras, visando o lucro. Trata-se da prática que ficou conhecida como “publicação predatória”, em que periódicos baseados em falsos conselhos editoriais e que não praticam avaliação por pares atraem autores mediante taxas (APC) acessíveis e baixa ou nenhuma seletividade. Isso tem motivado a elaboração de listas de periódicos ou de editoras identificados como predatórios a partir de critérios, muitas vezes, considerados arbitrários.

Várias dessas listas têm sido criticadas, por diversos fatores, entre eles a inclusão de muitos falsos-negativos baseados em vieses contrários a periódicos não publicados pelas grandes editoras comerciais, de fora do eixo Europa–Estados Unidos, em idioma(s) diferentes do inglês, entre outros. Argumenta-se que, quando usada de maneira acrítica, a denominação “periódicos predatórios” pode favorecer a depreciação de publicações pelo simples fato de adotarem o acesso aberto, embora sejam legítimas e íntegras, revelando o preconceito ao acesso aberto pela ciência *mainstream* (Mounier, 2018; Neylon, 2017). Assim, veículos de comunicação científica considerados predatórios deveriam ser analisados sob a ótica de critérios mais amplos de ética e integridade acadêmica e não exclusivamente por adotarem o modelo de publicação em acesso aberto.

Difundir e promover a capacitação junto a pesquisadores, sobre variáveis e critérios objetivos e verificáveis a respeito de práticas predatórias, pode ser uma via mais efetiva do que a elaboração de listas de periódicos. Tais listas têm se valido de qualificadores genéricos, potencialmente enviesados e subjetivos e de difícil verificação, como: periódicos questionáveis, com baixo rigor analítico, de qualidade duvidosa etc.; em comparação a periódicos considerados sérios, de extremo rigor, de excelência etc. Assim, promovem mais desinformação entre os autores do que informações que lhes sejam úteis na identificação de revistas que cometam práticas pouco éticas ou íntegras. Em contrapartida, plataformas como Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras (Miguilim)<sup>24</sup> e o DOAJ<sup>25</sup> têm realizado trabalho exemplar de sensibilização e educação sobre práticas éticas e íntegras na publicação científica.

Com respeito às condições de financiamento e sustentabilidade de publicações em acesso aberto, temos, por um lado, autores (e agências de financiamento) preocupados com a inexistência ou escassez de recursos para pagamentos de

<sup>24</sup> Disponível em: <http://miguilim.ibict.br/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://doaj.org/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

APC, que se tornam mais recorrentes; e, por outro, periódicos e instituições que igualmente lidam com escassez de recursos financeiros e demais incentivos para a manutenção de suas operações no modelo diamante.

Guy e Holl (2015), em relatório elaborado a pedido da iniciativa PasteurOA<sup>26</sup>, destacam que, em resposta à crescente cobrança de APC por parte de grandes editoras comerciais, as agências financiadoras e instituições de pesquisa vêm desenvolvendo reservas ou fundos compartilhados de recursos a fim de auxiliar autores no pagamento de taxas para publicar em acesso aberto.

A partir de 2016, aproximadamente, grandes fundações, como Wellcome Trust do Reino Unido, Bill and Melinda Gates dos EUA, o consórcio europeu cOAlition S, têm formulado políticas e diretrizes para reserva de fundos, além de gestão e acompanhamento do fluxo de recursos para cobertura de custos de publicação em periódicos comerciais. No Reino Unido, políticas institucionais ou de financiamento do acesso aberto têm privilegiado a expansão do modelo da via dourada com pagamento de taxas (Pinfield; Salter; Bath, 2017). Isso se torna problemático do ponto de vista da disponibilidade de recursos para o pagamento das APC, pois pode tender à insustentabilidade frente ao crescimento do número de autores.

A cOAlition S<sup>27</sup> foi lançada em setembro de 2018 no âmbito do Conselho de Pesquisa Europeu (ERC), com o intuito de acelerar a transição para o acesso aberto via um conjunto de recomendações às agências de financiamento europeias, quanto ao não pagamento de taxas para periódicos híbridos, pagamentos limitados de taxas de APC, exigência de licença CC BY, entre outros aspectos<sup>28</sup>.

Argumentos têm sido apresentados no sentido de que essa estratégia pode ser prejudicial aos periódicos publicados por sociedades científicas, de menor capacidade financeira e operacional em relação às editoras comerciais com fins lucrativos, favorecendo ou estimulando, a longo prazo, contratos de publicação com editoras de grande porte, com mais condições de atuação em uma economia de escala (Clarke, 2018; Moghaddam, 2009).

No caso do Brasil, embora a cobrança e o pagamento de taxas já seja realidade para muitos periódicos e autores, em diversas áreas do conhecimento, isso não foi foco de discussão ampla ou de políticas específicas por parte das agências de financiamento durante longo período (Pavan; Barbosa, 2017). Recentemente, essa questão tem sido pautada com mais ênfase por parte de uma das principais

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.pasteur4oa.eu/home>.

<sup>27</sup> Mais informações em: <https://www.coalition-s.org/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

<sup>28</sup> Mais informações em: <https://www.cienciaaberta.net/anunciados-o-plano-s-e-a-coalisao-s/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

agências de financiamento da pesquisa no país, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>29</sup> (Trinca, 2023).

É incipiente ainda o volume de estudos sobre as condições de sustentabilidade financeira dos periódicos que operam na modalidade acesso aberto (Appel *et al.*, 2023). Por um lado, há um estímulo à consolidação das condições de sustentabilidade operacional e financeira para que os periódicos prosperem e consigam preservar níveis esperados de impacto e relevância (SciELO, 2022). Inclusive, mediante a cobrança de APC, mesmo que em valores necessários à manutenção dos custos de uma operação minimamente profissional e qualificada para a comunicação científica. Viabilizando, por exemplo, a contratação de bibliotecários, revisores, tradutores e diagramadores de texto, jornalistas, publicitários, profissionais de tecnologias da informação etc., além da profissionalização da própria função de editoria dos periódicos.

Por outro lado, há o receio de que a cobrança de taxas possa representar barreira à publicação por parte de autores que contam com recursos limitados de pesquisa, em função, por exemplo, de desequilíbrios nos critérios de distribuição de recursos entre as diferentes áreas do conhecimento. Dessa perspectiva, advoga-se pelo financiamento público aos periódicos considerados mais qualificados.

Observa-se, então, que o debate em torno do movimento pelo acesso aberto à literatura científica mobiliza diferentes perspectivas e interesses. Os rumos que irá tomar guardam relação com os modelos de financiamento e de negócios, bem com os sistemas de avaliação e recompensa da pesquisa. O encaminhamento dessas questões terá importante repercussão sobre as formas de comunicação científica, os sistemas de governança e de visibilidade da ciência. No cerne desse debate está o papel dos periódicos científicos, cuja centralidade nos sistemas de comunicação científica perdura há mais de três séculos e merece novas gerações de estudos e debate sobre suas implicações e desenvolvimentos futuros.

## 3.6 FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio CAPES – Código de Financiamento 001, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo No. 447019/2014-7), Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Processo No. E-26/201.428/2014).

<sup>29</sup> Mais informações em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/search?SearchableText=apc>; <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acessoaberto.html>. Acesso em: 12 jun. 2025.



## REFERÊNCIAS

APPEL, André Luiz. **Dimensões tecnopolíticas e econômicas da comunicação científica em transformação**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1024>. Acesso em: 7 nov. 2020.

APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita. Acesso Aberto em questão: novas agendas e desafios. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 187-208, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50113>. Acesso em: 20 abr. 2025.

APPEL, André Luiz *et al.* A sustentabilidade socioeconômica dos periódicos brasileiros em acesso aberto. **BiblioCanto**, Natal, v. 9, n. 2, p. 107-113, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33517>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/33517>. Acesso em: 26 maio 2025.

ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES. **Report of the ARL serials prices project**: a compilation of reports examining the serials prices problem. Washington, DC: The Association of Research Libraries, 1989. Disponível em: <http://catalog.hathitrust.org/Record/001527850>. Acesso em: 4 maio 2025.

BJÖRK, Bo-Christer. Have the “mega-journals” reached the limits to growth? **PeerJ**, [s. l.], v. 3, e981, May 2015. DOI: <https://doi.org/10.7717/peerj.981>. Disponível em: <https://peerj.com/articles/981/>. Acesso em: 4 maio 2025.

BOND, Sarah E. Dear scholars, delete your account at Academia.Edu. **Forbes**. 23 Jan. 2017a. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/drsa-rahbond/2017/01/23/dear-scholars-delete-your-account-at-academia-edu/>. Acesso em: 22 maio 2025.

BOND, Sarah E. #DeleteAcademiaEdu: the argument for non-profit repositories. **History From Below [Blog]**, 24 Jan. 2017b. Disponível em: <https://sarahemilybond.com/2017/01/24/deleteacademiaedu-the-argument-for-non-profit-repositories/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BURANYI, Stephen. Is the staggeringly profitable business of scientific publishing bad for science? **The Guardian**, [s. l.], 27 June 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2017/jun/27/profitable-business-scientific-publishing-bad-for-science>. Acesso em: 4 maio 2019.



CLARKE, Michael. Plan S: impact on society publishers. **The Scholarly Kitchen** [Blog], 5 Dec. 2018. Disponível em: <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2018/12/05/plan-s-impact-on-society-publishers/>. Acesso em: 4 maio 2019.

ELBAKYAN, Alexandra. Some facts on Sci-Hub that Wikipedia gets wrong. **Engineering** [Blog], 2 July 2017. Disponível em: <https://engineering.wordpress.com/2017/07/02/some-facts-on-sci-hub-that-wikipedia-gets-wrong/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ELSE, Holly. Major publishers sue ResearchGate over copyright infringement. **Nature**, [s. l.], 5 Oct. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-018-06945-6>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-018-06945-6>. Acesso em: 4 maio 2019.

FITZPATRICK, Kathleen. Academia, not Edu. **Kfitz** [Blog], 26 Oct. 2015. Disponível em: <https://kfitz.info/academia-not-edu/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GRABER-STIEHL, Ian. Science's pirate queen. **The Verge** [Site], [s. l.], 8 Feb. 2018. Disponível em: <https://www.theverge.com/2018/2/8/16985666/alexandra-el-bakyan-sci-hub-open-access-science-papers-lawsuit>. Acesso em: 8 maio 2025.

GUY, Marieke; HOLL, András. Briefing paper: Article Processing Charges. **PASTEUR4OA**, [s. l.], Sep. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.44318>. Disponível em: [https://real.mtak.hu/30112/1/PASTEUR4OA\\_Briefing%20Paper\\_APCs\\_final.pdf](https://real.mtak.hu/30112/1/PASTEUR4OA_Briefing%20Paper_APCs_final.pdf). Acesso em: 21 maio 2025.

HAGEMANN, Melissa. Interview with Melissa Hagemann of the Open Society Institute. Entrevistador: Richard Poynder. **Open and Shut?** [Blog], 10 June 2005. Disponível em: <https://poynder.blogspot.com/2005/06/interview-with-melissa-hagemann-of.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

HARNAD, Stevan. Scholarly skywriting and the prepublication continuum of scientific inquiry. **Psychological Science**, [s. l.], v. 1, n. 6, p. 342-344, Nov. 1990. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.1990.tb00234.x>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9280.1990.tb00234.x>. Acesso em: 4 maio 2025.

HARNAD, Stevan. Sorting the esoteica from the exoterica: there's plenty of room in cyberspace: a response to fuller. **The Information Society**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 305-324, July 1995. DOI: <https://doi.org/10.1080/01972243.1995.9960205>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01972243.1995.9960205>. Acesso em: 4 maio 2025.

HARNAD, Stevan *et al.* The access/impact problem and the green and gold roads to Open Access. **Serials Review**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 310-314, Jan. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/00987913.2004.10764930>. Disponível em: <https://www>.

tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00987913.2004.10764930. Acesso em: 4 maio 2025.

HARNAD, Stevan *et al.* The green and the gold roads to Open Access. **Nature Web Focus** [Site], [s. l.], 2004. Disponível em: <http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/21.html>. Acesso em: 4 maio 2019.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor (ed.). **Understanding knowledge as a commons: from theory to practice**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007.

KRAKER, Peter; JORDAN, Katy; LEX, Elisabeth. The ResearchGate Score: a good example of a bad metric. **LSE Impact** [Blog], 9 Dec. 2015. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2015/12/09/the-researchgate-score-a-good-example-of-a-bad-metric/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

KUHLEN, Rainer. Knowledge is the water of the mind: how to structure rights in the “immaterial commons”. In: BOLLIER, David; HELFRICH, Silke (ed.). **The wealth of commons: a world beyond market and state**. Amherst, MA: The Commons Strategy Group, 2012. Disponível em: <http://wealthofthecommons.org/>. Acesso em: 4 maio 2019.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo, SP: Unesp, 2000.

MANGIAFICO, Paolo. Should you #DeleteAcademiaEdu? **Scholarly Communications @ Duke** [Site], 29 Jan. 2016. Disponível em: <https://blogs.library.duke.edu/scholcomm/2016/01/29/should-you-deleteacademiaedu/>. Acesso em: 22 maio 2025.

MERETZ, Stefan. The structural communality of the commons. In: BOLLIER, David; HELFRICH, Silke (ed.). **The wealth of commons: a world beyond market and state**. Amherst, MA: The Commons Strategy Group, 2012. Disponível em: <http://wealthofthecommons.org/>. Acesso em: 22 maio 2025.

MOGHADDAM, Golnessa Galyani. Why are scholarly journals costly even with electronic publishing? **Interlending & Document Supply**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 149-155, Aug. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1108/02641610910985639>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02641610910985639/full/html>. Acesso em: 4 maio 2019.

MONBIOT, George. Academic publishers make Murdoch look like a socialist. **The Guardian**, 29 Aug. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/aug/29/academic-publishers-murdoch-socialist>. Acesso em: 22 maio 2025.

MOUNIER, Pierre. ‘Publication favela’ or bibliodiversity? Open access publishing viewed from a European perspective. **Learned Publishing**, [s. l.], v. 31, n. 1, p.

299-305, Sept. 2018. Supplement: The University Press Redux II. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1194> . Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1194>. Acesso em: 4 maio 2019.

NEYLON, Cameron. Blacklists are technically infeasible, practically unreliable and unethical. Period. **LSE Impact**. [Blog], 21 Feb. 2017. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2017/02/21/blacklists-are-technically-infeasible-practically-unreliable-and-unethical-period/>. Acesso em: 22 fev. 2017.

ODLYZKO, Andrew M. Tragic loss or good riddance? The impending demise of traditional scholarly journals. **International Journal of Human-Computer Studies**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 71-122, Jan. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1006/ijhc.1995.1004>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S107158198571004X>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PAVAN, Cleusa; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes. Financiamento público no Brasil para a publicação de artigos em acesso aberto: alguns apontamentos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 120-145, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245232.120-145>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67146https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67146>. Acesso em: 4 maio 2019.

PINFIELD, Stephen; SALTER, Jennifer; BATH, Peter A. A “Gold-centric” implementation of open access: Hybrid journals, the “Total cost of publication,” and policy development in the UK and beyond. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 68, n. 9, p. 2248-2263, Sept. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.23742>. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23742>. Acesso em: 4 maio 2019.

PIWOWAR, Heather *et al.* The state of OA: a large-scale analysis of the prevalence and impact of Open Access articles. **PeerJ**, [s. l.], v. 6, p. e4375, Feb. 13, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7717/peerj.4375>. Disponível em: <https://peerj.com/articles/4375/>. Acesso em: 4 maio 2019.

POMERANTZ, Jeffrey; PEEK, Robin. Fifty shades of open. **First Monday**, Chicago, v. 21, n. 5, p. 310-314, May 2016. DOI: <https://doi.org/10.5210/fm.v21i5.6360>. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/6360>. Acesso em: 4 abr. 2017.

POYNTER, Richard. George Soros Gives \$3 Million to New Open Access Initiative. **Information Today [Site]**, 18 Feb. 2002. Disponível em: <https://newsbreaks.infotoday.com/NewsBreaks/George-Soros-Gives-3-Million-to-New-Open-Access-Initiative-17243.asp>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RADFORD, Marie L. *et al.* Investigating practices for building an ethical and sustainable scholarly identity with online platforms and social networking sites. **Proceedings of the Association for Information Science and Tech-**

**nology**, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 404-413, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/pra2.2018.14505501044>. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pra2.2018.14505501044>. Acesso em: 4 maio 2019.

SCIELO. **Crítérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. [São Paulo, SP]: SciELO, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/media/files/20220900-criterios-scielo-brasil.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SENA, Nathália Kneipp. Open archives: caminho alternativo para a comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 71-78, set./dez. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/874>. Acesso em: 20 maio 2025.

SPEZI, Valerie *et al.* Open-access mega-journals: the future of scholarly communication or academic dumping ground? a review. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 73, n. 2, p. 263-283, Mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-06-2016-0082>. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/JD-06-2016-0082>. Acesso em: 4 maio 2025.

STALLMAN, Richard. O Manifesto GNU. Traduzido por: Fernando Lozano, 2004; Rafael Fontenelle, 2016-2021. **O Sistema Operacional GNU**, [s. l.], 1985. Patrocinado pela Free Software Foundation. Última atualização: 31 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gnu.org/gnu/manifesto.html>. Acesso em: 20 maio 2025.

SUBER, Peter. **Open access**. Cambridge, MA: MIT Press, 2012. DOI: <https://doi.org/10.7551/mitpress/9286.001.0001>. Disponível em: <https://direct.mit.edu/books/book/3754/Open-Access>. Acesso em: 4 maio 2025.

THE IRONIES of George Soros's foundation leaving Budapest. **The Economist**, London, 16 May 2018. Disponível em: <https://www.economist.com/open-future/2018/05/16/the-ironies-of-george-soross-foundation-leaving-budapest>. Acesso em: 20 abr. 2024.

TRINCA, Tatiane Pacanaro. CAPES promove debate sobre Acordos Transformativos. **CindaLab** [Blog], 3 ago. 2023. Disponível em: <https://cindalab.ibict.br/blog/capes-promove-debate-sobre-acordos-transformativos/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

TUTTLE, Marcia (ed.). Newsletter on Serials Pricing Issues. **GOEDOC** [Site], Chapel Hill, 2 Jan. 2002. Disponível em: <http://webdoc.sub.gwdg.de/edoc/aw/nspi/>. Acesso em: 27 maio 2025.

TUTTLE, Marcia. The Newsletter on Serials Pricing Issues. **The Public-Access Computer Systems Review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 111-127, Dec. 1991. Disponível em: <https://uh-ir.tdl.org/items/c76b23a6-23ea-4404-acef-06806c53b213>. Acesso em: 22 maio 2018.

VAN DE SOMPEL, Herbert; LAGOZE, Carl. The Santa Fe Convention of the Open Archives Initiative. **D-Lib Magazine**, [s. l.], v. 6, n. 2, Feb. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1045/february2000-vandesompel-oai>. Disponível em: <https://www.dlib.org/dlib/february00/vandesompel-oai/02vandesompel-oai.html>. Acesso em: 15 mar. 2017.

VAN NOORDEN, Richard. Online collaboration: scientists and the social network. **Nature**, [s. l.], v. 512, n. 7513, p. 126-129, Aug. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1038/512126a>. Disponível em: <https://www.nature.com/news/online-collaboration-scientists-and-the-social-network-1.15711>. Acesso em: 4 maio 2019.

VAN NOORDEN, Richard. Publishers threaten to remove millions of papers from ResearchGate. **Nature**, [s. l.], 10 Oct. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature.2017.22793>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature.2017.22793>. Acesso em: 23 maio 2025.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19>. Acesso em: 23 maio 2025.

WILLINSKY, John. The unacknowledged convergence of open source, open access, and open science. **First Monday**, Chicago, v. 10, n. 8, Aug. 2005. DOI: <https://doi.org/10.5210/fm.v10i8.1265>. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1265>. Acesso em: 4 maio 2019.

### Como citar este capítulo:

APPEL, André L.; ALBAGLI, Sarita. Acesso aberto: um ensaio sobre suas dinâmicas e derivações. In: ARAÚJO, Paula Carina de; LIMA, Karolayne Costa Rodrigues de (org.). **Práticas de ciência aberta**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 3, p. 58-77. DOI: 10.22477/9788570131966.cap3.